



**PROGRAMA DO PROCEDIMENTO RELATIVO AO PROCEDIMENTO DE CONCURSO
LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO, COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL
OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, PARA A AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO DE
INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA, HARDWARE E SOFTWARE, NO ÂMBITO DO
PROJETO BAIRRO COMERCIAL DIGITAL DO MUNICÍPIO DO PORTO SANTO**

Artigo 1.º

Identificação do concurso

O presente Concurso limitado por prévia qualificação, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, aberto nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), tem por objeto principal a aquisição, instalação, configuração de infraestrutura tecnológica, hardware e software, no âmbito do projeto “Bairro Comercial Digital”, promovido pelo Município do Porto Santo – iniciativa inserida no âmbito da Transformação Digital, e bem assim, no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR); AVISO N.º 12/C16-I02/2022; Projeto com o número 5396.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

1. A entidade adjudicante é o Município do Porto Santo, pessoa coletiva de direito público, com o número de identificação fiscal 511 236 425, com sede à Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira, 9401-909 Porto Santo.
2. Para efeitos de comunicação e tramitação do procedimento, o Município do Porto Santo dispõe dos seguintes contactos:
 - a) Endereço de correio eletrónico geral@cm-portosanto.pt;
 - b) Plataforma eletrónica utilizada: www.acingov.pt;
 - c) Contacto telefónico: 291 980 640.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

1. A decisão de contratar foi emitida em **21 de julho de 2025**, por despacho do **Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto Santo, Nuno Filipe Melim Batista**, no exercício das competências delegadas pela **Câmara Municipal**, nos termos do **Edital n.º 50/2021**, publicado nos locais habituais.



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Programa do Concurso Limitado por Prévia
Qualificação: Aquisição, instalação,
configuração de infraestrutura tecnológica,
hardware e software, no âmbito do projeto
“Bairro Comercial Digital” do Município do
Porto Santo.



2. A referida decisão fundamenta-se no disposto nos artigos 20.º, n.º 1, alínea a), 36.º, 38.º, 40.º, n.º 1, alínea d), e n.º 2, 42.º, 46.º-A, 47.º, 63.º, 67.º, 74.º e 162.º a 192.º do Código dos Contratos Públicos, na redação aplicável à Região Autónoma da Madeira, nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto.

Artigo 4.º

Órgão competente para prestar esclarecimentos

1. A prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, bem como a competência para, oficiosamente ou a pedido dos interessados, prorrogar o prazo de apresentação de candidaturas, é da responsabilidade da Dr. Dinarte Emanuel de Oliveira Silva, Chefe da Divisão de Finanças, Património e Aprovisionamento da Câmara Municipal do Porto Santo.
2. Na ausência da responsável referida no número anterior, esta competência será exercida pelo Presidente da Câmara Municipal do Porto Santo, Nuno Filipe Melim Batista, ou, em caso de impedimento, pelo Vereador que o substitua nos termos legais.

Artigo 5.º

Sistema de qualificação

A qualificação dos candidatos assenta no modelo simples de qualificação previsto no artigo 179.º do CCP.

Artigo 6.º

Requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira que os candidatos devem preencher

1. Para efeitos de qualificação do candidato para a execução do contrato a celebrar, são exigidos os seguintes requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira:
 - a) Capacidade financeira demonstrada por um valor médio do EBITDA, apurado nos últimos três exercícios económicos completos, igual ou superior a 1 222 788,18 € (um milhão, duzentos e vinte e dois mil, setecentos e oitenta e oito euros e dezoito cêntimos), correspondente ao dobro do preço base do procedimento;
 - b) Utilização de centro de dados localizado em território nacional, certificado com o nível Tier III ou superior, para alojamento das soluções contratualizadas, incluindo aplicações, dados e equipamentos;



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Programa do Concurso Limitado por Prévia
Qualificação: Aquisição, instalação,
configuração de infraestrutura tecnológica,
hardware e software, no âmbito do projeto
"Bairro Comercial Digital" do Município do
Porto Santo.



- c) Certificação em matéria de segurança da informação, mediante referência à norma ISO/IEC 27001, ou equivalente reconhecido, aplicável à instalação e implementação de soluções no segmento empresarial;
 - d) Certificação em sistemas de gestão, mediante apresentação cumulativa das seguintes normas ou equivalentes reconhecidos:
 - i) Qualidade – norma ISO 9001;
 - ii) Ambiente – norma ISO 14001;
 - iii) Gestão de serviços de tecnologias da informação – norma ISO/IEC 20000-1.
 - e) Posse de licenças que habilitem o candidato à disponibilização de espectro na banda da rede móvel nacional 5G;
 - f) Experiência comprovada na execução cumulativa dos seguintes projetos:
 - i) Três projetos implementados no território nacional, em entidades públicas, no domínio das cidades inteligentes (Smart Cities), envolvendo plataforma central integradora de várias verticais e a implementação de salas de gestão e controlo, com os respetivos serviços;
 - ii) Dois projetos de implementação de redes de comunicação NB-IoT, cada um com uma dimensão igual ou superior a 50 unidades de sensorização.
2. Os requisitos referidos nas alíneas a), c), d) e f) devem ser integralmente cumpridos pelo próprio candidato, não sendo admissível o seu preenchimento através de subcontratação ou de recurso a entidades terceiras.

Artigo 7.º

Documentos destinados à qualificação dos candidatos

1. Os requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira fixados no artigo anterior são comprovados mediante a apresentação dos seguintes documentos:
 - a) Para efeitos de comprovação da capacidade financeira:
 - i) Declaração certificada por técnico oficial de contas, com indicação do volume global de negócios dos últimos três exercícios económicos completos;
 - ii) Cópia das Informações Empresariais Simplificadas (IES) correspondentes aos mesmos exercícios, aptas a demonstrar os rácios financeiros exigidos.
 - b) Para efeitos de comprovação da utilização de centro de dados certificado, cópia do certificado de data center, comprovativo da sua localização em território nacional e do nível de certificação Tier III ou superior;



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Programa do Concurso Limitado por Prévia
Qualificação: Aquisição, instalação,
configuração de infraestrutura tecnológica,
hardware e software, no âmbito do projeto
"Bairro Comercial Digital" do Município do
Porto Santo.



- c) Para efeitos de comprovação da certificação em segurança da informação, cópia do certificado da norma ISO/IEC 27001, ou de equivalente reconhecido;
 - d) Para efeitos de comprovação das certificações em sistemas de gestão:
 - i) Cópia do certificado da norma ISO 9001, ou de equivalente reconhecido;
 - ii) Cópia do certificado da norma ISO 14001, ou de equivalente reconhecido;
 - iii) Cópia do certificado da norma ISO/IEC 20000-1, ou de equivalente reconhecido.
 - e) Para efeitos de comprovação da capacidade de disponibilização de espectro 5G, cópia das licenças emitidas pela Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), válidas para comunicações móveis de voz e dados na tecnologia 5G, em território nacional;
 - f) Para efeitos de comprovação da experiência em projetos do tipo referido na subalínea i) da alínea f) do n.º 1 do artigo anterior, declaração sob compromisso de honra, subscrita pelo candidato, identificando os projetos realizados, com indicação do respetivo cliente e contacto direto para efeitos de eventual verificação;
 - g) Para efeitos de comprovação da experiência em projetos do tipo referido na subalínea ii) da alínea f) do n.º 1 do artigo anterior, declaração sob compromisso de honra, subscrita pelo candidato, contendo a descrição técnica dos projetos realizados, nos termos exigidos.
2. Nos casos de apresentação de candidatura por agrupamento de operadores económicos, os documentos referidos nas alíneas a), f) e g) devem ser apresentados por cada um dos membros do agrupamento que pretenda invocar a correspondente capacidade.

Artigo 8.º

Preenchimento dos requisitos mínimos por agrupamento de candidatos

1. Quando a candidatura seja apresentada por um agrupamento de operadores económicos, considera-se que os requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira fixados no artigo 10.º se encontram preenchidos, desde que, relativamente a cada requisito, pelo menos um dos membros do agrupamento demonstre, de forma individual, possuir a capacidade exigida, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. Os requisitos referidos nas alíneas a), c), d) e f) do n.º 1 do artigo 6.º devem ser cumpridos individualmente por **todos os membros do agrupamento**, não sendo admissível, para esses efeitos, o seu preenchimento conjunto ou por subcontratação.



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Programa do Concurso Limitado por Prévia
Qualificação: Aquisição, instalação,
configuração de infraestrutura tecnológica,
hardware e software, no âmbito do projeto
“Bairro Comercial Digital” do Município do
Porto Santo.



Artigo 9.º

Candidatura à qualificação e documentos

1. A candidatura deve ser apresentada nos termos previstos nos artigos 168.º e 171.º do CCP, sendo composta, sob pena de exclusão, pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), devidamente preenchido e assinado por quem tenha poderes para vincular o candidato;
 - b) Documentos destinados à comprovação da qualificação dos candidatos, nos termos do artigo 7.º do presente Programa de Procedimento;
 - c) Quando o candidato recorra a entidades terceiras para efeitos de preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica, independentemente do vínculo estabelecido, nomeadamente subcontratação, deve ser junto documento subscrito pelos respetivos terceiros, no qual estes assumem, de forma incondicional, a execução das prestações que constituem objeto do contrato.
2. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, salvo se, pela sua própria natureza ou origem, os mesmos estiverem redigidos em língua estrangeira, devendo o concorrente, nesse caso, fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, bem como de declaração de prevalência da tradução sobre o original, devendo a tradução prevalecer sobre o original em língua estrangeira, para todos os efeitos.

Artigo 10.º

Prazo para a apresentação de candidaturas

Os documentos que constituem a proposta deverão ser apresentados, através da plataforma eletrónica www.acingov.pt, até às 23:59 horas do 15.º (décimo quinto) dia, a contar da data do envio, para publicação no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, do anúncio do presente concurso.

Artigo 11.º

Qualificação

1. São qualificados os candidatos que preencham cumulativamente os requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira fixados no presente regulamento.
2. A decisão de qualificação é notificada aos candidatos, acompanhada do respetivo relatório final, nos termos e prazos previstos no artigo 187.º do Código dos Contratos Públicos.



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Programa do Concurso Limitado por Prévia
Qualificação: Aquisição, instalação,
configuração de infraestrutura tecnológica,
hardware e software, no âmbito do projeto
“Bairro Comercial Digital” do Município do
Porto Santo.



3. Sempre que necessário, a entidade adjudicante concede aos candidatos um prazo mínimo de cinco dias para apresentarem os documentos comprovativos dos requisitos declarados ou confirmarem compromissos assumidos por terceiros.
4. A falta de entrega ou a não comprovação dos requisitos, nos casos aplicáveis, determina a caducidade da qualificação, com audiência prévia nos termos legais.
5. Apenas os candidatos qualificados transitam para a fase seguinte do concurso.
6. A decisão final de qualificação é notificada a todos os candidatos, nos termos do artigo 188.º do Código dos Contratos Públicos.
7. Com a notificação referida no número anterior, é enviado aos candidatos qualificados, em simultâneo, o convite à apresentação de propostas, nos termos do n.º 1 do artigo 189.º do mesmo Código.

Artigo 12.º

Leilão eletrónico (pós qualificação)

Nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 164.º do Código dos Contratos Públicos, declara-se que não há lugar à utilização de leilão eletrónico no presente procedimento.

Artigo 9.º

Critérios de adjudicação e de desempate (pós qualificação)

1. O critério de adjudicação tem por fundamento legal o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos, materializando-se na proposta que traduza o mais baixo preço para a execução de todas as prestações do contrato, a qual terá ainda de observar o preço base fixado no Caderno de Encargos.
2. Em caso de empate de duas ou mais propostas, o desempate será efetuado com base no menor prazo estimado para a execução de todas as prestações do contrato, conforme indicado na proposta. Se o empate subsistir, recorrer-se-á ao sorteio das propostas que se encontrem em situação de empate, nos seguintes termos:
 - a) O júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas submetidas ao sorteio, com uma antecedência mínima de três dias, da data, da hora e do local da sua realização;
 - b) A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Programa do Concurso Limitado por Prévia
Qualificação: Aquisição, instalação,
configuração de infraestrutura tecnológica,
hardware e software, no âmbito do projeto
“Bairro Comercial Digital” do Município do
Porto Santo.



- c) Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo se seguidamente à sua extração;
- d) Será considerada vencedora a “bola” extraída em primeiro lugar e assim sucessivamente para efeitos de ordenação das demais propostas.

Artigo 13.º

Documentos de habilitação e prazo para a sua apresentação (pós qualificação)

1. O adjudicatário deverá apresentar, no prazo de dois (2) dias úteis a contar da data de notificação da decisão de adjudicação, e sempre através da plataforma eletrónica identificada, os seguintes documentos de habilitação, devidamente assinados pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar, com recurso a assinatura digital qualificada:
 - a) Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II ao Código dos Contratos Públicos, adaptada nos termos do Anexo II-M do DLR n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação atualmente em vigor;
 - b) Certidão permanente do registo comercial do concorrente, ou documento equivalente, destinados a identificar os membros dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções;
 - c) Documentos comprovativos de que o adjudicatário não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos¹;
 - d) Nos termos do **artigo 7.º do DLR n.º 34/2008/M, de 14 de agosto**, na redação introduzida pelo **Decreto Legislativo Regional n.º 1-A/2020/M, de 31 de janeiro**, o adjudicatário está obrigado a fazer prova do cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, mediante apresentação dos seguintes documentos:
 - i. Última Declaração de rendimentos (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira);
 - ii. Última declaração de rendimentos e retenções de residentes (modelo 10 e DMR);
 - iii. Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);

¹ A prova negativa da condenação por crime profissionalmente desonroso e crimes de participação de participação em organização criminosa, corrupção, fraude ou branqueamento de capitais, é feita através de certificado de registo criminal da empresa e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Programa do Concurso Limitado por Prévia
Qualificação: Aquisição, instalação,
configuração de infraestrutura tecnológica,
hardware e software, no âmbito do projeto
"Bairro Comercial Digital" do Município do
Porto Santo.



- iv. Anexo R da última declaração periódica do IVA.
- e) Quando aplicável, comprovativo de inscrição e das respetivas atualizações no Registo Central de Beneficiário Efetivo RCBE, nos termos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, regulamentada pelas Portarias n.º 233/2018, de 21 de agosto, e n.º 200/2019, de 28 de junho;
- f) Identificação do (s) representante (s) do adjudicatário para efeitos de outorga do contrato, incluindo os respetivos documentos de identificação (Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade e Número de Identificação Fiscal), acompanhados dos documentos comprovativos dos poderes de representação.
- g) Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei, sempre que o valor do contrato a celebrar determine a sua sujeição a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, nos termos do n.º 9 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O adjudicatário que não preencha as condições legais para apresentar os documentos exigidos na alínea d) do número anterior deverá, **em qualquer circunstância**, apresentar declaração sob compromisso de honra, subscrita por quem o obrigue, indicando expressamente essa situação².
3. Quando o adjudicatário for um agrupamento, os documentos previstos nos números anteriores devem ser apresentados por todos os seus membros.
4. Será concedido, a pedido ou oficiosamente, um prazo suplementar de dois (2) dias úteis para supressão de eventuais irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados ou para suprimento da falta dos mesmos.

Artigo 14.º Encargos

Constituem encargos dos concorrentes o pagamento de todas as despesas inerentes à elaboração/apresentação das candidaturas no âmbito do presente concurso.

² A declaração prevista no presente número é necessária em todas as situações em que os documentos apresentados pelo adjudicatário não sejam suficientes para demonstrar, de forma inequívoca e integral, o cumprimento dos requisitos legais. Mesmo que os documentos submetidos contenham elementos de validação, mas não preencham a totalidade das condições exigidas pela legislação aplicável, a apresentação da declaração é imprescindível para assegurar a conformidade procedimental.



Município do Porto Santo Câmara Municipal

Programa do Concurso Limitado por Prévia
Qualificação: Aquisição, instalação,
configuração de infraestrutura tecnológica,
hardware e software, no âmbito do projeto
“Bairro Comercial Digital” do Município do
Porto Santo.



Artigo 15.º Legislação aplicável

Ao presente concurso aplica-se o Código dos Contratos Públicos, o DLR N.º 34/2008/M, de 14 de agosto, e a demais legislação avulsa.